



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 027

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE ABRIL DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 08: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE ABRIL DE 2004**

*(quarta-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se a ausente a deputada Cida Borghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Indicação:**

INDICAÇÃO nº 011/2004

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Nereu Moura dirige-se a V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

I - no Decreto nº 1821/2000, que regulamentou o Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, indicamos a alteração do *caput* do artigo 83 - seção IV, que passaria a vigorar com a seguinte redação:

“Seção IV

De Trabalhadores e Estudantes Universitários

Art. 83 - O serviço especial de Trabalhadores e Estudantes Universitários será autorizado mediante licenças a título precário, a requerimento do interessado, e destinar-se-á ao transporte de pessoas vinculadas a obras civis, indústrias e atividades agro-industriais e estudantes universitários matriculados, em instituições de ensino superior no Estado do Paraná.”

II - O acatamento da presente proposição, alterando o regulamento do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal, trará enormes benefícios aos estudantes universitários que estudam nas nossas instituições de ensino superior com dificuldades financeiras, proporcionando um grande alento à continuidade de seus estudos.

Sala das Sessões, em 14.04.2004.

(a) NEREU MOURA

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 571

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada por três Sessões do Projeto de Lei nº 246/2003, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 14.04.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 573

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.04.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 569

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 15 do mês de abril (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 14.04.2004.

(a) NEIVO BERARDIN

## REQUERIMENTO Nº 566

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Irene Cordeiro Virmond, ocorrido no dia 07 de abril do corrente ano, deixando cinco filhos, treze netos e quatro bisnetos.

Justifica-se o presente requerimento por ter sido Irene Cordeiro Virmond excelente e dedicada mãe, avó e bisavó, herdeira e transmissora do pioneirismo de seus ascendentes, que ajudaram a construir a rica história de Guarapuava.

Desta forma, o Parlamentar abaixo assinado requer sejam enviadas as mais sinceras condolências deste Poder Legislativo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.04.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

## REQUERIMENTO Nº 570-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de votos de congratulações à Associação Comercial, Cultural, Industrial e Agropecuária de Ponta Grossa, pela eleição de nova Diretoria, que estará sendo empossada nesta data.

Sala das Sessões, em 14.04.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 572

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor, aplauso e congratulações ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, pelo cumprimento de suas metas governamentais, ressaltando, sobretudo, a instalação da Universidade do Litoral, que está sendo implantada pela Universidade Federal do Paraná nas antigas instalações da Colônia de Férias da Associação BANESTADO, em Caiobá.

Esse empreendimento é o resultado de promessas da campanha eleitoral de Roberto Requião, feita à população litorânea, inclusive na presença deste Deputado, por ocasião de sua passagem por Matinhos. Esse fato irá possibilitar uma maior movimentação de pessoas naquela região, beneficiando o comércio e a renda do litoral, que fora da temporada ficava abandonado.

A UNILITORAL via funcionar este ano, terá três cursos superiores: Educação Física, Turismo e Gestão Ambiental, ministrado por professores da Universidade Federal do Paraná - UFPR, além de quatro cursos técnicos. Neste primeiro ano, serão disponibilizadas trezentas vagas, sendo que ao término de quatro anos, a Universidade contará com 4.500 alunos.

Sala das Sessões, em 14.04.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## REQUERIMENTO Nº 567

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilmo. Sr. Darcy Deitos, MD. Diretor-Presidente da SUD-ERHSA, solicitando a perfuração de um poço artesiano na comunidade de Linha Bandeirantes, no Município de Missal.

Sala das Sessões, em 14.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A viabilização do pedido beneficiará 60 famílias residentes na Linha Bandeirantes e no assentamento Unidos Venceremos, tratando-se de obra essencial para a melhoria de qualidade de vida dos moradores locais.

**Projetos de Lei:**

## PROJETO DE LEI Nº 123/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, o Lote nº 13, da Quadra 33, da Zona "A", situado na área urbana daquele município, com área de 3.413,00 m<sup>2</sup>, registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu, sob matrícula nº 31.806.

Parágrafo Único - A doação do imóvel, a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para os objetivos inerentes à administração pública municipal, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O imóvel em epígrafe pertence ao Governo do Estado do Paraná, encontrando-se cedido por comodato à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, o qual é utilizado pela Guarda Municipal.

Devido à precariedade de suas instalações, torna-se necessária a urgente reestruturação e ampliação do prédio, e a efetivação da doação proporcionará à administração municipal condições para a realização de todas as obras necessárias, oferecendo assim melhor qualidade nos serviços relativos à área de segurança pública, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa para a aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna no dia de hoje, para falar sobre dois assuntos importantes para o nosso Estado. O primeiro é que, no dia de hoje, começou a chegar nas residência da Cidade de Ponta Grossa uma informação da SANEPAR sobre o aumento na tarifa de água de 14%, que já está na conta da água, fazendo com que a taxa mínima de água e esgoto passe de R\$23,40 para R\$27,31, mostrando que os pequenos consumidores de água do nosso Estado estão tendo, na sua conta de água, um aumento significativo, de 14%. Esta é uma informação triste que trago às famílias de baixa renda do Estado do Paraná e que consomem um mínimo de água e que estão dentro do programa da taxa mínima da SANEPAR.

Tenho visto uma série de propaganda nos meios de comunicação do Estado do Paraná mostrando uma situação, e na outra ponta, vejo o Governo do Estado do Paraná cobrando das famílias mais pobres um aumento de 14% na taxa de água e esgoto! A conversa do Governo é uma e a ação é exatamente outra!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos tendo, na nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa o 1º Fórum sobre a Autoconsciência Institucional, e onde representantes do Governo do Estado do Paraná foram duramente criticados pelos Pró-Reitores de todas as universidades lá presentes, sobre os cursos que foram fechados por falta de professores, cursos que foram cancelados. E, em especial, o que mais chamou atenção e mais foi cobrado pelos Pró-Reitores é a informação dada pela Agência de Notícias do Governo do Estado do Paraná, que o Governador teria encaminhado sete milhões e duzentos mil reais para a criação da nova Universidade no Litoral paranaense!

Nada contra a criação da Universidade! O Litoral, na minha avaliação, também tem que receber as instituições de ensino superior, onde lá um curso de Turismo será oferecido, mas o que mais nos preocupa é a falta de encontro de informações: o Governo do Estado vem a público dizer que cursos estão sendo fechados por falta de dinheiro, que o Estado não tem dinheiro para investir no ensino superior, que só aqui no Estado do Paraná, com a estrutura existente, investe-se quatrocentos milhões de reais nas universidades públicas, e vemos também a comparação que ele faz com as universidades do Rio Grande do Sul, e que lá o Estado investe só cinquenta milhões de reais no ensino superior! É claro que só investe cinquenta milhões de reais, porque no Rio Grande do Sul, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tem cinco instituições de ensino superior federal, e aqui no Estado do Paraná a maioria das instituições de ensino superior são custeadas pelo Governo do Estado do Paraná.

Então, falo aqui que, ao invés de o Governador ficar criticando, colocar palavras ao vento, ele que vá junto com seus companheiros do Partido dos Trabalhadores, que fazem a sua Base Aliada e que estiveram junto com ele na campanha eleitoral, buscar recursos para que possamos federalizar as universidades do Estado do Paraná, para que passem elas a receber recursos e serem custeadas pelo Governo Federal.

E aqui eu quero dizer e alertar - e o nosso curso de Medicina que nos primeiros dias do Governo Roberto Requião foi fechado na alegação de falta de dinheiro e vejo agora o Governo do Estado tendo dinheiro à disposição, encaminhando sete milhões e duzentos mil reais na implantação da Faculdade lá do litoral!

Ora, é conversa em cima de conversa. Questões concretas, soluções para nós, paranaenses, são poucas. É um governo que vive de discursos, que vive utilizando a mídia para levar, muitas vezes as informações não reais aos paranaenses, e a grande prova está aqui - para o Litoral tem dinheiro sim - para a nossa Universidade de Ponta Grossa, para o curso de Medicina, para o ensino superior do Estado do Paraná, não existe dinheiro!

Ora, Governador, vou subir aqui periodicamente e vou cobrar - se para o litoral tem, o que é que o senhor tem contra a nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa? Tem contra o curso de Medicina? Cobro, vou cobrar diariamente, semanalmente na Assembléia, para que a nossa Universidade possa receber aquilo que é de direito que é o retorno do curso de Medicina à nossa instituição de ensino superior, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem de inscrição, Deputado Dr. Luciano Ducci.

**O SR. DR. LUCIANO DUCCI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria dizer ao Deputado Plauto que esse aumento de 14% que vem para a SANEPAR é um dinheiro que é recolhido da população do Paraná e por outro lado todo esse investimento que a SANEPAR faz é contabilizado como despesa da área da Saúde. No orçamento, mais de 150 milhões da Saúde são destinados à SANEPAR. Dinheiro público que era para ser utilizado nesse setor, que está vivendo uma crise séria, principalmente nestes dias onde se deliberou uma circular da Secretaria de Estado da Saúde, estabelecendo uma média de gastos por hospital, no Estado do Paraná, estabelecendo limite de gastos por procedimento e com uma base de cálculo em cima do primeiro semestre de 2003. Usou-se a base de 2003 para se fazer uma média de quanto cada hospital do Estado do Paraná pode gastar em internamento, como se isto fosse possível.

No segundo semestre do ano passado, o Ministério da Saúde, o Ministro Humberto Costa aumentou o valor

de uma série de procedimentos, e mesmo assim o cálculo é pela base do primeiro semestre. Isto vai causar um grave problema de saúde pública no nosso Estado, porque os hospitais não vão poder atender mais do que o seu limite financeiro, ou seja, se o hospital tem um limite de 20 mil reais de gastos para aquele mês, ele vai ter que controlar esse limite e se chegou no vigésimo dia e acabou os 20 mil reais, o que vai acontecer com o paciente? Aonde esse paciente vai? O hospital não vai poder cobrar, o hospital não vai poder reapresentar, segundo determinação da Secretaria de Estado da Saúde - quem que vai pagar esta conta? Com certeza, quem vai pagar é o usuário do Sistema Único de Saúde, é a população pobre do Paraná que vai estar sendo cobrada na porta do hospital para ser-lhe prestado o atendimento.

E vai acontecer também que os Municípios-pólos, como Curitiba, Londrina, Maringá, que estão em gestão plena do Sistema de Saúde, que não seguem esta portaria, que atendem toda a demanda do Sistema de Saúde, vão acabar vindo pacientes de fora para essas cidades para serem atendidos, a mais do que hoje, e vai sobrecarregar os sistemas dos municípios que estão em gestão plena.

Hoje à tarde, às 16h30, tem uma reunião da Secretaria de Estado da Saúde com a Federação dos Hospitais do Paraná, com a FENIPA, Federação das Misericórdias do Paraná, o CRM e a Associação Médica para ver se o Estado muda esse seu posicionamento em relação a esse limite de atendimento, porque não se pode deixar essa responsabilidade de fazer o controle do Sistema de Saúde do Estado do Paraná para os hospitais. A grande maioria dos hospitais do Paraná são da iniciativa privada e não cabe a eles controlar e regular o Sistema de Saúde. Quem controla e regula tem que ser o gestor estadual, tem que ser a Secretaria de Estado da Saúde. Não pode ser o médico, lá no pronto-socorro, ele não pode estar escolhendo se vai atender ou não, porque o teto financeiro do hospital está acabando. E também entender que regionalização de um Sistema de Saúde não é distribuir o dinheiro para alguns hospitais e entender que isso é regionalização.

Regionalizar é hierarquizar o Sistema de Saúde, definir onde a população vai ser atendida no dia-a-dia, conforme a complexidade das suas doenças. E o que fizeram, acabando com o sistema de regulação do Estado do Paraná, com essa medida está praticamente se transferindo toda a responsabilidade do atendimento e da vida das pessoas para a porta dos hospitais!

Isso é inadmissível, isso é inaceitável, isso é coisa de quem não conhece o Sistema Único de Saúde, é coisa de quem nunca dirigiu e nunca atendeu pelo SUS.

Então isso é muito grave, e espero que a Secretaria de Estado da Saúde tenha hoje a clareza junto com essas entidades para chegar a um ponto onde a população do Paraná não seja prejudicada no seu atendimento. Seria isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Neivo, V. Exa. havia requerido o Grande Expediente também?

O SR. NEIVO BERALDIN

Solicito a minha inscrição no Grande Expediente da próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos às notícias do dia: “PT - trabalhador ateia fogo ao corpo em frente ao Presidente Lula”. Que baita notícia!

“Governador do Paraná prevê surra monumental para o PT nas eleições municipais, mas nega rompimento”. O Deputado Plauto tem razão.

“Sete milhões e duzentos mil para Universidade do Litoral”. Requião tem razão.

O Deputado Plauto também falou nesta tribuna que a SANEPAR está subindo as tarifas de água.

Agora uma notícia proveniente de Ponta Grossa: “A COPEL baixou 25% de desconto para quem paga luz; agora é só 7%.

Essa notícia, aqui, veio de Ponta Grossa do jornal “Diário dos Campos” de hoje: “Estrutura da Delegacia Central é deficiente - Delegacia no Centro Histórico não tem telefones e computadores. Estão fora do sistema on-line”... Quer dizer, a Segurança Pública, como disse o Deputado Plauto, está perdida em Ponta Grossa. realmente faltando tudo, faltando telefone, faltando computadores. Fizeram uma inauguração bonita, discursos, discursos e discursos, e esqueceram do telefone!

Realmente, uma vergonha! O Secretário “Roberto Carlos” Delazari esteve lá em Ponta Grossa para fazer a inauguração da dita cuja delegacia, só que não funciona! Se precisar falar com alguém, os delegados e os assistentes vão ter que dar um grito!

Mas, trago a esta Casa, hoje, uma sugestão interessante. Segunda-feira agora será o Dia do Índio e estou propondo, como medida de ajuda aos índios que têm reclamado tanto, uma sugestão de que o Governo fizesse um convênio com os índios, já que no site oficial dos índios - os índios são bastante organizados - “Paraná Indígena”, diz que está esgotada a caça e a pesca como fonte de sobrevivência, e os índios estão passando um momento difícil. Quero fazer uma sugestão ao MDB velho de guerra, ao PMDB, aos Partidos da Base e também ao PT: por que não contratar índios para levar para essa delegacia de Ponta Grossa? Seria muito interessante! E esse prédio, lá em Ponta Grossa, é um prédio alto, daria para fazer o seguinte: coloca alguns índios lá na parte superior do prédio da Delegacia em Ponta Grossa; coloca outro índio em Nova Rússia, no módulo policial; outro no Jardim Carraro; outro índio em Oficinas; outro índio no

Jardim Carvalho. Automaticamente quando roubarem um carro e tiver que cercar a cidade - que é a idéia dos módulos - o índio lá do centro faz o sinal de fumaça, o índio de Nova Rússia recebe o sinal e avisa a polícia para pegar o bandido!

Vamos voltar ao tempo antigo. Vamos valorizar os índios que estão desempregados, que estão sofrendo, e já que não tem telefone na Delegacia, que é um órgão público, vamos voltar ao velho tempo do Oeste, vamos voltar ao tempo dos índios, vamos voltar ao começo da era da informação: vamos contratar os índios caigangues ali da Região Sudoeste, para que eles possam transmitir sinais de fumaça lá da Delegacia Central de Ponta Grossa para os módulos policiais! Isso é bom, por quê? Não tem custo! O índio vai para Ponta Grossa trabalhar por meio salário! Ele pode se hospedar lá, no Cine Ópera - que está parado - uma obra faraônica e abandonada! Então, automaticamente sairia barato, daria oportunidade aos primeiros homens que povoaram este País e resolveria o problema da falta de comunicação na Segurança do Paraná. Isso em homenagem aos índios.

São essas as notícias do dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra o Deputado Waldir Leite.

**O SR. WALDIR LEITE**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje os jornais falavam muito de indiciamento de pessoas de Paranaguá envolvidas no Movimento Pró-Paranaguá, por formação de quadrilha, contra a Lei de Segurança Nacional e tantas outras coisas que foram colocadas naquele documento, que a turma nem está dando muita bola para isso. Mas, a grande verdade é que o Governador tenta, com essas notícias, para todo o Paraná, distorcer o que aconteceu em Paranaguá, que era o movimento de toda a cidade pró-competência na gestão do Porto de Paranaguá, que é o grande agente fomentador do agronegócio do Paraná.

Então, com essas notícias, o Governador tenta, de forma até desequilibrada, distorcer a visão do povo do Paraná. Ontem, ouvi um Deputado aqui falando de desratização. O que não falam aqui é que quem está pagando a desratização, por incrível que pareça, o Governo do Estado; a Administração do porto anuncia que tem 160 milhões de reais em caixa e pede para os empresários pagarem a conta da desratização, ou seja, é uma vergonha o que eles fazem! Só pode ser falta de equilíbrio! Eles tanto malham os operadores portuários e na hora de pedir para pagar a conta, pedem que os próprios operadores pagarem a desratização num porto público! Isso é uma vergonha! É inadmissível que uma empresa, uma autarquia que tem 150 milhões em caixa, fique pedindo esse tipo de favor para empresários e ainda fala que eles são quadrilheiros, ladrões, um monte de coisa. Não acredito

que o Governador esteja temperado, esteja equilibrado para falar isso! Tem documento para provar!

Outra coisa, senhores: há muito tempo estamos falando desta tribuna que o Berço 213 - importante no Corredor de Exportação - estava com problemas estruturais e pouco ou nada se fez!

Ontem, depois de toda aquela chuarada, aquele grande volume de água, que caiu em Paranaguá, deu problema no Berço 213. Hoje, mais uma vez, por ironia ou não sei por que, o superintendente do porto recorre aos empresários de Paranaguá, para pagarem conta de quatro mil e quinhentos reais, fazer uma vistoria subaquática, Deputado Neivo Beraldin -, nós que estamos fazendo aquela fiscalização no Porto de Paranaguá! É vergonhoso o que acontece no Porto de Paranaguá!

A única forma que o governo tem para justificar o que acontece no porto, é indicar todas aquelas pessoas, que trabalharam para ele na sua eleição, que defenderam-no durante a sua vida pública e que lhe deram uma grande votação, na última eleição! Indicar Prefeito, Deputado, Vereador, seus amigos sindicalistas, que a cada eleição renovam o prestígio que têm pela pessoa dele!

Realmente, Paranaguá está sendo desprestigiada bastante, quando vemos que as coisas continuam acontecendo de forma errada, em Paranaguá. Hoje, quando vocês vêem a fila batendo recordes, por incrível que pareça, é inabilidade ou incompetência. Talvez os senhores não saibam, faz três dias que venceu o contrato da firma que fazia a parte de informática, de comunicação entre o pátio e o porto. Por incrível que pareça, há três madrugadas que não são descarregados caminhões, e não por causa da chuva, porque a descarga pode ser feita com chuva. Essa fila que maltrata os caminhoneiros é por incompetência de quem administra o porto. Se vocês forem lá em algumas empresas, em alguns terminais privados, verão que os terminais estão parados, porque o desequilíbrio não libera a fila. Têm caminhões que estão na fila para terminais privados e o porto não libera - quer a fila única! Os motoristas de caminhões sofrem por causa da incompetência que reina no Porto de Paranaguá.

Tem gente que vem a esta tribuna, defender algumas coisas que são indefensáveis. Basta que a pessoa faça uma visita, *in loco*, aos terminais de Paranaguá, que vai saber da situação. Falar aqui é muito fácil! Difícil é conviver com os problemas, como eu convivo lá, diariamente.

Para vocês saberem, a fila que hoje bate recorde, em Paranaguá, tem vários terminais em condições de operar, parados, porque não há flexibilidade de tirar os caminhões da fila e mandar direito para o seu destino, porque obrigatoriamente a APPA quer que passe pelo pátio de triagem. Isso pode ser feito. Até caminhões que não são obrigados a passar pelo pátio, como é o caso de caminhões que vão para a indústria, hoje, eles não tiram da fila. Essa fila que hoje vemos até Araucária é por incompetência de quem administra o Porto de Paranaguá.

Não vão ser essas notícias de policiais, de indiciamento, que vão me calar, que vão fazer com que eu cale a minha voz e não venha a esta Casa trazer os problemas, que acontecem em Paranaguá! O Porto de Paranaguá, infelizmente, apesar de algumas poucas mudanças que aconteceram lá, continua sendo administrado de forma irresponsável, desequilibrada e incompetente!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado, Pastor Edson.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna, para registrar meu voto de aplausos à equipe do Prefeito de Toledo, que confesso não ter tido o prazer de conhecê-lo, pessoalmente, Derli Donin, que é da região dos Deputados Duílio Genari e Elton Welter e talvez de alguns outros parlamentares, e também deixar registrado o voto de aplausos à Secretária da Educação do Município de Toledo, Dna. Ermínia Maquiaveli e a Dra. Maria Elisa Lunks, que é coordenadora de um projeto de informática pedagógica. Por que razão a deferência a essas pessoas?

Tenho me correspondido e minha assessoria também, com a equipe do Prefeito sobre uma conquista que eu particularmente acho extremamente louvável, eis que há um investimento muito prioritário em educação em Toledo, principalmente na área de criação de laboratório de informática. E o que mais espetacular é que em Toledo recentemente eles receberam os novos laboratórios de informática, todos os computadores rodando, sobre a plataforma do software livre Linux. São 33 escolas, dessas 14 já receberam equipamentos novos, em torno de 177 máquinas novas, 6 escolas inclusive estão com os laboratórios já em funcionamento, alguns instalados, o Madistro, como nós costumamos chamar, uma distribuição Linux chamada Suzi e os servidores com uma outra distribuição chamada Mandrak nas estações. Todos laboratórios conectados com a Internet. A clientela atendida são os alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental. O que também é espetacular até porque, diga-se de passagem, hoje comenta-se e já é fato, que o cidadão ou quem quer que seja não tenha noções básicas de informática é considerado um “analfabeto de Informática” “analfabeto digital”. E as crianças juntamente com o processo de alfabetização, já estão tendo todas as noções do contrato com a informática.

Tinha que registrar essa atitude do Prefeito Derli. Volto a repetir, não tenho nenhum interesse político nisso, porque não sei a que partido ele pertence. Com certeza não é do meu partido. E a iniciativa dele gerou uma economia fantástica. Ele pôde com muito menos fazer muito mais pela Educação, juntamente com a sua equipe, a sua Secretária da Educação. Pôde conforme vínhamos de longa data defendendo a utilização do software livre no

Estado. Aliás a proposição que se tornou lei no Estado do Paraná e passou a ser referência no País, é de nossa autoria, e temos informações recentes que não demorará talvez mais um ou dois meses e todas as escolas estarão com equipamentos novos implantados todos rodando na Plataforma Linux, nessas ou em outras distribuições.

Aproveito o ensejo até rebater a ignorância de um jornalista “energúmeno”. Conforme foi citado por este Parlamentar em outra ocasião, que tinha insinuado que nós estávamos direcionando um processo de licitação a uma distribuição específica do Linux, como se com isso estivéssemos extraindo alguma vantagem, tamanha ignorância do jornalista que sempre tem aquela bandezinha nojenta e podre da imprensa, como em todo e qualquer segmento, quer seja religioso, quer seja político, quer seja cultural.

Na ocasião falaram de duas distribuições, a Rediret que acabou fechando o código-Fonte e não mais sendo software livre, tornando-se um software proprietário. E falou da conectiva que por sinal veio a praticamente extinguir-se. E na ocasião, no meu gabinete - que tenho todo informatizado com os meus proventos próprios - tínhamos e temos até agora as máquinas Mandrak Lenox rodando - nenhuma dessas distribuições -, provando que não tinha nenhuma ligação e não procedia infundada hipótese do dito jornalista.

Volto a enaltecer o Prefeito de Toledo, os seus Deputados, sua Secretária e toda a equipe. Que esse exemplo seja seguido por todos os demais Municípios do Estado, para que se agilize o processo de criação de laboratórios de informática em todas as escolas estaduais do nosso querido Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças: PL.

(**Declina**)

No Horário do PSL, concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Estou elaborando um projeto que versa sobre o ensino gratuito nas universidades. E passaria a ser pago 50% no nosso projeto.

Vou explicar rapidamente sobre ele, ao qual estou pedindo um apoio antes de apresentar. Os Deputados interessados em nos ajudar, receberíamos com muita satisfação.

O nosso projeto destina 50% das vagas das universidades para os alunos que obtiveram boas notas nas escolas públicas de 1º e 2º graus do Estado, e os demais 50% das vagas seriam pagas. Não haveria mais a preocupação se vem de São Paulo, Minas Gerais, porque os estudantes pagariam. Os que não podem pagar, receberiam uma bolsa de estudo.

Hoje recebi uma nota do jornal de São Paulo, escrita pelo Sr. Ermínio de Moraes. Ele fala precisamente sobre isso, de que há de ter vaga para quem estudou e se sobressaiu, garantindo apenas aos paranaenses, - só eles têm o direito, nesse caso, de ingressar nas universidades, porque é exigência estudar em escola pública do Estado do Paraná. E os outros 50%, seriam com bolsa de estudos e os demais pagariam. Isso acontece no mundo. Nos Estados Unidos, no Japão, na França e na Alemanha, é dessa forma.

Hoje na Universidade de Londrina e de Maringá existe um grande número de estudantes de outros Estados e um grande número de estudantes que chegam de carro zero km.

Gostaria de responder ao Deputado Plauto Miró, de Ponta Grossa.

Estou apresentando um requerimento aqui hoje cumprimentando o Governador do Estado Roberto Requião, porque estava junto com ele no palanque em Matinhos e ele falava ao povo do Litoral que iria ajudá-los. E a primeira coisa que ela faria era implantar uma extensão da universidade no nosso litoral.

O Governador falou e cumpriu, porque depende dele, não é como no caso do pedágio e do porto que dependem do Governo Federal. Prometeu e está cumprindo. Já comprou e adquiriu a Associação Banestado no centro de Caiobá e está, agora, conforme o meu amigo Plauto informou, liberado sete milhões e duzentos mil reais para o litoral.

Há muitos anos que estou nesta Casa pedindo ao Governo do Paraná para investir no litoral, e não recebemos um centavo sequer. Deputado Rafael Greca de Macedo, tanto V. Exa. como o Deputado Nelson Justus são de Curitiba e sabem que São José dos Pinhais, Colombo, Almirante Tamandaré, Piraquara, Araucária e Fazenda Rio Grande não recebem um centavo sequer para o terceiro grau dos seus estudantes! É a maior discriminação!

Quando vejo o pessoal de Ponta Grossa falando que o Governo cancelou ou vai cancelar cursos em Londrina ou Maringá eu fico pensando: aqui na Região Metropolitana de Curitiba, não é só gente de Curitiba que aqui está, que nasceu e que precisa dessa faculdade gratuita, é gente de todos os cantos do Paraná que nasceram e que vieram morar aqui e que hoje não têm sequer um centavo do Governo do Estado para o terceiro grau. Ora, com esse projeto o Governo do Estado pode, inclusive, fortalecer o filho do mais pobre, o estudante sem condições, e garantir uma bolsa de estudos, inclusive, em qualquer universidade aqui do Sul.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parabéns ao Governo do Estado, que trouxe e está levando essa universidade para o litoral, onde eu, Ratinho, Carlos Simões, Marcos Isfer, Accorsi e tantos outros Deputados fomos bem votados. Tenho certeza que, em meu nome, em nome do Nelson Justus (que está há muito tempo levando a bandeira do fortalecimento do litoral, de

Guaratuba, Matinhos, etc) e todos nós, independente de posição política nesta Casa, nos somamos nesse requerimento que apresentamos, como também o Deputado Leite, que é do litoral, enaltecendo a pessoa do Governador Requião, porque prometeu e cumpriu.

A Universidade em agosto vai funcionar para ajudar, inclusive, o povo da região Metropolitana, porque é mais perto ir a Matinhos do que ir a Londrina, Maringá, ou, inclusive, Ponta Grossa.

### O Sr. Elio Rusch

Concede um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Ouçõ com muita atenção vosso pronunciamento e nós entendemos, também, que cada escola que você abre num Município, no Estado, no Brasil, seja ela de ensino fundamental, de ensino médio ou ensino superior, traz a educação para sua comunidade, mas acho que um erro não justifica o outro, o Governador do Estado chegar no Paraná e querer fechar quarenta e três cursos de ensino público no nosso Estado!

Agora, vem o Governador abrir uma universidade no litoral. Justo, acho que o litoral merece, Curitiba e Região Metropolitana merecem, sim, mas o que Ponta Grossa não merece é o fechamento de um curso de Medicina que já estava funcionando! A comunidade de Londrina, de Maringá, dos Campos Gerais, de Guarapuava, de Umuarama, do Sudoeste, de Francisco Beltrão, de Foz do Iguaçu (dos Deputados Dobrandino e Chico Noroeste) não merecem o fechamento dos cursos que já estavam funcionando! Como é que nós podemos admitir isso?

Parabéns ao Governador, sim, se ele abriu uma universidade no litoral, mas que justificativa plausível ele quer encontrar para o fechamento dos cursos?

Eu fui informado há pouco, que no centro de Curitiba, mas precisamente na Rua Marechal Deodoro, está acontecendo uma manifestação dos alunos contra o fechamento dos cursos de ensino gratuito de terceiro grau. Fechamento dos quarenta e três cursos.

Quer dizer, se V. Exa. está enaltecendo o Governador, eu também enalteço, mas tem que ser lembrado aqui na Assembléia, sim, fechamento de quarenta e três cursos, entre eles um em Ponta Grossa, que está funcionando! Como o Governador prometeu abrir uma universidade no litoral, prometeu em Guarapuava - eu que não estive presente, mas já falaram por diversas vezes pelo Deputado Carli, que vinte mil pessoas estavam presentes - disse: "Se eu for Governador, vou instalar o curso de Medicina aqui em Guarapuava".

Muito obrigado pelo aparte, mas isso tem que ser lembrado também. Não podemos ficar calados.

### O SR. GERALDO CARTÁRIO

Deputado Elio Rusch, para defender Ponta Grossa tem dois excelentes Deputados nesta Casa que conhecem o problema diretamente, o Paulo e o Jocelito.



Queria dizer-lhe que V. Exa. é do Oeste do Paraná, está super contemplado com o terceiro grau. Aliás, o Paraná inteiro está.

Vergonhosamente, nós que representamos também o Sul do Paraná, não podemos nem falar em universidade aqui, porque sabemos que esse pessoal que está aí na rua se movimentando, se trouxessemos os nossos trabalhadores que ganham um salário de trezentos reais, trabalham durante o dia e pagam quatrocentos ou quinhentos reais para estudar à noite, nas faculdades, nós lotaríamos todo o centro de Curitiba.

Desgraçadamente, quem trabalha, não fala. Esses que trabalham de dia e estudam à noite, são as vítimas.

Deputado Elio Rusch, o senhor representa Rio Negro, que é o fim do nosso Paraná, está no final das nossas divisas geográficas com Santa Catarina. O senhor sabe que eu mantenho um ônibus, há muitos anos, que sai da região Sul e vai para Mafra, para que os alunos estudem em Mafra. Isso é um absurdo, Deputado Elio Rusch. Então, sou a favor de que o Deputado Plauto e Jocelito briguem para valer, a favor de Ponta Grossa.

Agora, não é possível cursos de faculdades do interior que têm cinco alunos e tem um professor. Isso existe, o senhor vai ter a prova.

Nós aqui da região Sul, - também faço parte da região Norte, - defendo Londrina, etc., - temos que levantar a bandeira, darmos alguma satisfação ao estudante que não tem um centavo no terceiro grau.

#### **O Sr. Rafael Greca**

Receba a minha solidariedade.

#### **O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Sr. Presidente, só para encerrar, queria dizer que realmente fico satisfeito porque o Governador Requião prometeu a universidade em Matinhos num palanque, eu estava do seu lado; então, não estou entrando em outros assuntos, V. Exa. sabe que não sou bajulador de ninguém. Sou muito independente, mas quando é verdade, é verdade! O Governador prometeu e cumpriu. Graças a Deus, o litoral do Paraná começa a viver dias melhores.

Obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

PPS, PSDB, PTB, PP, PFL, PDT, PT, PMDB, Horário das Lideranças do Governo e da Oposição.

Liderança do Governo, Deputado Natálio Stica.

#### **O SR. NATÁLIO STICA**

Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar, inicialmente, o Deputado Geraldo Cartário, pelo seu pronunciamento. Ontem ainda tive a oportunidade, Deputado Geraldo Cartário, de estar em Pontal do Sul numa grande reunião com Partidos políticos e as pessoas que lá se encontravam, uma das motivações era exatamente a universidade do litoral que o Governador Requião implanta e que vem, sem sombra

de dúvida, ajudar o povo que mora lá, região inclusive esquecida por muito tempo, Deputado Ratinho. Que a universidade venha suprir uma lacuna.

E vamos parar de bobagem, porque aqui ninguém é bobo e sabe das coisas. O Governador não fechou curso nenhum. Está discutindo, sim, os novos alunos que entrariam em cursos que têm problemas, e são vários os problemas que nós vamos discutir - não hoje, mas na sequência - porque temos que esclarecer, sim, o que aconteceu no passado.

Mas, venho usar do Horário da Liderança do Governo, para alguns esclarecimentos. Ouvi dizerem que a SANEPAR aumentou em 14% a sua tarifa de água e que o Governador Requião não está ajudando as famílias mais pobres dessa maneira.

Ora, primeiro vamos aos fatos: o reajuste de 14%, na verdade, foi um ajuste monetário relativo ao período de outubro de 2002 a novembro de 2003. Nós sabemos que não existe inflação zero neste País e tudo é aumentado, como por exemplo, você vai ao supermercado e o preço é majorado toda semana; e a SANEPAR está reajustando agora em uma situação de quase dois anos e não duas vezes por ano, como era no Governo anterior. Então, vamos pôr os fatos muito claros aqui: ela está apenas fazendo o reajuste.

E mais, esse reajuste garante, Deputado Elio Rusch, 360 mil famílias que têm hoje a Tarifa Social, em um custo, para a SANEPAR, de sessenta e um milhões por ano, Presidente Hermas Brandão. Portanto, são trezentas e sessenta mil famílias que estão sendo beneficiadas com a Tarifa Social da água barata, e por isso tem que ter o preço justo para aqueles que podem pagar.

Mas queria também responder aqui, em relação ao Porto. O Deputado Leite não pode chegar aqui e trazer fatos, como se só ele conhecesse o Porto de Paranaguá! É bem verdade que ele mora lá há mais tempo do que muitos daqui e conhece Paranaguá e o Porto mais tempo do que muitos e inclusive do que eu, mas não venham trazendo aqui inverdades, porque as verdades virão à tona. A fila que se deve nesses dias, e aí o Deputado Leite pode ser meu testemunha aqui, foi porque tivemos a maior chuva, a maior inundação na Cidade de Paranaguá dos últimos cinquenta anos. Ou seja, Deputado Leite, depois do seu nascimento até hoje, a maior chuva que aconteceu foi agora, neste final de semana.

Portanto, aí está o grande motivo das filas: dos dez terminais, apenas quatro funcionaram por conta da inundação que teve Paranaguá. Só quatro terminais funcionando e a Direção do Porto pediu para que os operadores segurassem os caminhões nos seus Municípios, para que não viessem formar filas, pois tivemos uma intempérie e que isso ia, certamente, resultar, e resultou em filas.

Mas, parece que foi ao contrário e aí é que os operadores pediram para que os caminhões viessem para poder, então, mostrar na televisão as filas que acontecem no Porto de Paranaguá. Quer dizer, é aquela política do

quanto pior, melhor! Mesmo sabendo que nos últimos cinquenta anos Paranaguá e o povo parnanguara não tinham sofrido uma enchente como essa.

E quanto à informática, são quatro trabalhadores de informática terceirizados em Paranaguá. O contrato venceu, era de vinte e quatro meses, e o Porto está analisando se vai continuar com um novo contrato licitado ou não, porque o Porto está mantendo toda a informatização neste momento. São quatro operadores de informática e está normalizado, não tivemos sequer um minuto de problema na informatização. Portanto, é mentira que as filas são por conta da informática, porque venceu um contrato. Não é verdadeiro, e com relação à informatização, vai se definir ainda se o Porto mantém para si ou se faz uma licitação e contrata.

Não é a informatização, não foi o término do contrato, com esta terceirizada, que chegou neste problema. Então, trazemos aqui, em nome da verdade, porque não vamos ficar calados ouvindo aqui palavras, às vezes, de má intenção, para tentar jogar tudo agora no problema do Porto. Nós sabemos e vamos dar a certeza que este Porto público continuará sendo público, e dizer também que um Porto público tem condições, pode e deve trabalhar com ética e seriedade.

Com a palavra, o Deputado Dobrandino.

#### O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Deputado, só para dar uma resposta, um testemunho, nessa discussão do Porto de Paranaguá, das universidades, mais na linha das universidades.

O Governo, na maior parte tem razão, porque quando falam aqui que foram fechados 44 cursos, não é verdade isso. O Governo iniciou um trabalho dentro da universidade para ver se realmente precisa contratar tantos professores como diziam as universidades. Segundo o levantamento feito pelo Governo, apontou uma outra realidade.

Quero dar o testemunho da minha Universidade de Foz do Iguaçu, a UNIOESTE tem cinco campi universitários: Cascavel, Toledo, Marechal Rondon, Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão. Só na Universidade de Foz do Iguaçu a reivindicação dos professores da universidade era de 48 professores.

Por isso o Governo ameaça fechar cursos, porque realmente era exagerado o pedido. O levantamento feito pelo Governador apontou, que no campus de Foz do Iguaçu falta apenas 18 professores. O Governo autorizou o teste seletivo desses 18 professores.

Eu falei com o diretor do campus de Foz do Iguaçu, na semana passada, e ele me dizia: Deputado, fique tranquilo, com esses 18 professores autorizados pelo Governo, concluindo, em todos os cursos não faltam mais professores.

Então, não é verdade o que falam aqui, que diziam que precisavam de tantos professores. Pelo levantamento feito pelo Governo de forma isenta, responsável, mostrou

quantos professores a Universidade precisava. E assim está sendo feito.

Assim é no Porto de Paranaguá. Quando fere os interesses dos grandes, partem para cima! Mas, ainda bem que o Paraná tem um Governo sério, que não recua e está agindo com responsabilidade, que traz com certeza o cuidado que é necessário ao Porto de Paranaguá.

#### O SR. NATÁLIO STICA

Presidente, queria registrar aqui a presença do Vereador Ney Leprevost, e do companheiro Ovídio Constantino, ex-Deputado estadual e hoje nosso companheiro lá, na administração da Cidade de Dois Vizinhos. Sejam bem-vindos.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, Deputado Marcos Isfer.

#### O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, eu, em nome da Liderança do Partido Popular Socialista, quero requerer à Executiva desta Casa, que disponibilize a Procuradoria Jurídica desta Casa, para atender o companheiro Leite, que está sendo indiciado em processo.

Gostaria de pedir que a Procuradoria desse total apoio ao nosso companheiro, mesmo sabendo que esse indiciamento não leva a nada, mas de qualquer forma, acho que é importante que, como Deputado, tenha o apoio desta Casa.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência já tomou essa providência em relação ao Deputado Leite, como tomaria com qualquer um dos Parlamentares com assento nesta Casa.

Pela ordem, o Deputado Waldir Leite.

#### O SR. WALDIR LEITE

O Deputado que me antecedeu, da Liderança do Governo, falou do meu nome algumas vezes, inclusive mentiras.

Quero deixar bem claro que eu não sei que moral que tem um Governo sério, de falar do operador, quando esse mesmo Governo pede para o operador pagar a desratização!

Quero saber que moral tem esse Governo para falar do operador, quando esse mesmo Governo pede para o operador pagar os mergulhos para fazer as inspeções no Porto de Paranaguá!

Que moral tem esse governo publicar hoje, em todos os jornais do País, eu acredito, uma comparação do Porto de Paranaguá, com Santos, com dados mentirosos! Estão aqui! Porque, se fizer a comparação do Porto de Paranaguá, com qualquer Porto do Brasil: Rio Grande, Itajaí, São Francisco, Paranaguá tem o pior desempenho de todos!

Eu acho, Sr. Presidente, que temos aqui nesta Casa, através da sua Presidência, que impor o respeito, porque, não é por que algum Deputado ocupa a Liderança do Governo ou da Oposição, que pode chegar aqui e falar se este ou aquele está mentindo, tem que trazer dados aqui!

Eu não venho de mãos abanando; venho com dados. É só perguntar em Paranaguá o que acontece, verdadeiro - o Porto de Paranaguá está há três dias sem descarregar nada de noite, por problemas de informações. Existem fábricas de óleo que os caminhões não precisam passar pelo pátio e eles não deixam passar, tanto é que tem fábrica de moagem de óleo em Paranaguá parada há dois, três dias, porque o Governo, inconsequente, irresponsável, não deixa esses caminhões passarem, atrapalhando a COAMO e outras empresas que fazem a moagem de óleo em Paranaguá, prejudicando os caminhoneiros que ficam na fila.

Isto não é mentira! Mentira é vir fazer demagogia aqui! Eu acho que o respeito tem que ser preponderante, tem que ser imperioso nesta Casa, Sr. Presidente.

Seria isto.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, somente para destacar a presença aqui entre nós do ilustre Presidente da Câmara de Antonina, nosso querido Município do litoral, o Vereador Varley.

Era esta a minha questão de ordem.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a ilustre visita a este Parlamento.

Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch, no Horário da Oposição.

#### O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, nós sabemos que aqui na Assembléia foram calorosas as discussões envolvendo o Porto de Paranaguá, e com certeza muitas discussões ainda virão à tona em relação a esta questão.

O que eu lamento profundamente é que o Governo do Estado do Paraná usa exatamente a Polícia Civil para indiciar um Parlamentar desta Casa, num processo legítimo que a população de Paranaguá começou a realizar em favor do Porto de Paranaguá. E o Deputado Leite não é só Parlamentar desta Casa, o Deputado Leite é um morador, é um cidadão do Município de Paranaguá. Jamais ele poderia ficar alheio e de fora desses movimentos, quando a Câmara Municipal, a Prefeitura, a Associação Comercial, para citar apenas essas entidades, tantas e tantas outras entidades mais estiveram envolvidas nessa mobilização, e vem o Deputado Leite, de repente, ser inquirido pela Polícia Civil; ele já falou isto aqui na Assembléia e isto ele falou quando tinha uma audiência pública no dia 2 próximo passado, quando ele transmitiu que tinha sido inquirido e que tinha acabado de dar um depoimento para o delegado, o Deputado Neivo, que presidia naquela ocasião a audiência pública,

solicitou ao Deputado Leite se ele tinha marcado a data e o dia - o Deputado Leite disse: sim, marquei, e ele não tem nada contra o delegado. O Deputado Leite disse que o delegado até que foi "gente fina", mas que na verdade trouxe constrangimento, sim, a um Parlamentar desta Casa.

Outro assunto que foi debatido, Deputado Stica, V. Exa. que é Líder do Governo, eu sei que o seu caminho é árduo e é difícil defender um Governo, e ainda mais um que despreza a iniciativa privada, que espanta os investimentos do nosso Estado, que está na contramão do desenvolvimento sócio-econômico, que faz com que os exportadores saiam do Paraná, vão para Santa Catarina, para São Paulo, trazendo prejuízo incalculável para a nossa economia, em relação à atitude que ele está tomando no Porto de Paranaguá.

Mas eu aprendi uma coisa, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na Sessão de hoje, conforme o Líder do Governo, e que fique registrado, que fique gravado - quando fecha o curso, cancela - Deputado Plauto, em Ponta Grossa não foi fechado o curso de Medicina; foi cancelado. Então, vamos enquadrar uma nova palavra no nosso dicionário - fechou, não fechou, cancelou - quando aumenta, não aumenta; é um ajuste monetário, conforme palavras do Líder do Governo.

Então, duas palavras marcaram a Sessão de hoje, Deputado Leite, quando fecha, não fecha; cancela - quando aumenta, não aumenta; é um ajuste monetário.

Fique registrado isso.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Aparte**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Só para esclarecimento dos Deputados e do nobre Líder. São 44 cursos que tiveram os seus vestibulares suspensos.

O que representa a suspensão de vestibular? Representa a suspensão do andamento normal de um curso, porque os cursos oferecem, normalmente, dois vestibulares.

É uma questão de retórica, nobre Deputado Natálio Stica, cancelar o vestibular ou fechar o curso. É uma maneira mais audível de dizer: está fechado o curso. Então, suspende o vestibular! O que acontece? Suspende o vestibular de inverno, depois suspende o vestibular de verão. Então, já se quebrou a sequência desse curso. É lógico, é natural, ninguém nasceu ontem e ninguém quer ser mais verdadeiro que a verdade, este curso não terá sequência. Então, é uma maneira demagógica do Governador fechar o curso.

E quero, aqui, deixar consignado que ontem, em minha cidade, Guarapuava, lá esteve o Governador Roberto Requião e não me surpreendeu o que ele disse, que não vai implantar o curso de Medicina em Guarapuava. Ele disse ontem, na Câmara, que não vai implantar o curso de Medicina. O que fica muito tranquilo para nós, porque temos outra gravação quando ele dizia que em seis meses implantaria. Até aí é uma discussão para frente. Mas ele reafirmou que os cursos estão suspensos,

realmente. E aí sabe o que acontece, Deputado Natálio Stica? Fizeram um grande carnaval para anunciar dois milhões de reais para a Prefeitura de Guarapuava! Uma irresponsabilidade, emprestar dois milhões de reais para um Prefeito em final de mandato! Estamos no mês de maio, os Prefeitos têm mais cinco meses de mandato, vai lá e se empresta dois milhões de reais para os futuros Prefeitos pagarem!

Sou contra esse tipo de investimento. Sou a favor de investimentos a fundo perdido do Governo do Estado, da construção de escolas, de recursos para área da saúde, para asfaltamento, com recursos do Tesouro do Estado. Não podemos comprometer. E o senhor sabe disso, o senhor é membro de um Partido que defende o equilíbrio das contas públicas, tem na pessoa do Ministro Palocci o artífice da defesa das contas públicas equilibradas! E o que diria o Ministro Palocci, ao ver um Governador emprestar para um Prefeito em final de mandato dois milhões de reais com carência e que os próximos Prefeitos irão pagar? Tenho certeza que o seu Partido, na pessoa do Ministro Palocci, na pessoa do Dr. Henrique Meireles não aprovariam tal empréstimo. Qualquer pessoa de bem não emprestaria, porque é ilógico! É ilógico você emprestar dinheiro no último ano de mandato, quando os outros vão pagar. É uma incoerência! Ficaria feliz, viria para essa tribuna e exaltaria os méritos e os feitos desse Governador, se ele fosse a Guarapuava dizer estão aqui dois, três milhões, quinhentos mil reais a fundo perdido para a construção de Centros de Saúde, para pavimentação asfáltica, para a construção de casas populares. Empréstimo não é favor nenhum. Empréstimo se vai ao Banco, agrada-se o gerente, dá-se um presente ao Gerente e o Banco normalmente empresta às pessoas que têm um bom cadastro. E claro que é bom emprestar para Guarapuava, Deputado Nelson Justus, é uma cidade sólida, de um povo sério, trabalhador, que honra com seus compromissos. Quer dizer, o Governador vai lá, faz um circo, diz que vai fechar quinze cursos na UNICENTRO, não vai implantar o curso de Medicina, e diz: mas tem aqui dois milhões emprestado!

Para mim, é um presente de grego, e para o Governo do Estado, um negócio da China! Por que negócio da China? Porque um grande negócio!

Era bons os negócios que o mundo fazia com a China, e este negócio que o Estado faz com os Municípios, é negócio da China, porque os Municípios deixam uma procuração para o Estado descontar, já, do repasses do ICMS que são repassados, semanalmente à Prefeitura, sem risco nenhum! Isto foi o que o Governador fez! Agora, a verdade é uma só: foram cancelados na UNICENTRO quinze cursos. E essa desculpa de dizer: "Não, não é fechamento, é cancelamento, não cola! Não cola, porque se cancela, quebra-se a seqüência do curso. E é natural, é evidente que essas vagas não serão mais ofertadas.

Muito obrigado.

#### O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Quero dizer que ontem o Governador Requião foi aplaudido em Guarapuava porque levou os recursos tão almejados e tão solicitados pelo povo de Guarapuava, através do seu Prefeito. O que lamento é que o Deputado Ribas Carli não queira que os recursos do Governo cheguem até a Cidade de Guarapuava.

Mas, não vou pedir notas taquigráficas e nem mandar para Guarapuava, já que tenho certeza que o Deputado Ribas Carli defende aquela Cidade, ele apenas não quer que vá via esse Prefeito que lá está. Entendemos, e o senhor sabe que aporte financeiro que o Governador levou à sua cidade.

Muito obrigado.

#### O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Queria apenas colaborar com a discussão.

Acho que o nobre Líder do Governo, Deputado Natálio Stica, não entendeu bem as palavras do Deputado Carli, que, apesar de toda essa franqueza, não é um comunicador, um radialista; quem sabe não tenha se comunicado como deveria. Na verdade, Deputado Stica, o que queria dizer o Deputado Carli, é que ele queria, exatamente, aqueles cinco milhões a fundo perdido que o governador liberou lá para Foz do Iguaçu, para o nosso Presidente do PMDB, e que foi a fundo perdido para ajudar aquela cidade.

Acho que era isso que o Carli queria pedir mas que, infelizmente, não soube fazer a colocação.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA:**

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 011/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, comunicando alteração no Decreto nº 1821/2000, que regulamentou o Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 569, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 15/04/2004, para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Solicitamos dos senhores Líderes do PMDB, do PT e do PSDB, que indiquem um membro para compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição.

Com relação aos PPS, ao PFL e ao PDT, solicito a presença dos Líderes para que possamos fazer o sorteio para a escolha de dois membros.

**(É feito o sorteio)**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está entrando o PTB, também, no sorteio, para as duas vagas.

Solicito ao Deputado Barbosa Neto que retire, aqui, um dos papéis e o Deputado Carlos Simões que retire o outro. São os dois Partidos que indicarão os membros.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Qual é o prêmio que está sendo sorteado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PDT e PFL indicarão, Deputado Durval Amaral, eu leio para V. Exa., novamente - membros para compor a Comissão Especial da Reforma da Constituição, que irá opinar sobre a Proposição 22/2004, que se encontra, aqui na Mesa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**ITEM 01**

**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 7.257, de 30/11/79, alterada pelas Leis nºs 7.812, de 29/12/83 e 9.174, de 29/12/89, ficando automaticamente extinta a taxa de segurança por ela criada. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM PARECER CONTRÁRIO DA SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLÊNÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DE PLÊNÁRIO APRESENTADA NO  
PROJETO DE LEI Nº 246/2003**

**P A R E C E R :**

**Histórico**

O Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 7257, de 30 de novembro de 1979, alterada pelas Leis nºs 7812, de 29/12/83 e 9174, de 29/12/89, ficando automaticamente extinta a taxa de segurança por ela criada.

Em 26 de novembro de 2003, o projeto sofreu Emenda de Plenário apresentada pelo Deputado Ângelo Vanhoni, que objetiva modificar o artigo 3º para que os recursos do referido fundo sejam depositados mensal-

mente em instituições bancária oficial e não em qualquer bancária, como constava do texto anterior.

**Fundamentação**

A Emenda de Plenário não apresenta óbices de natureza legal e constitucional, devendo tramitar na forma regimental.

**Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à regular tramitação.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Jocelito Canto, Marcos Isfer, Pastor Edson Praczyk e 2 ilegíveis

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 571, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 246/2003.

**ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2003, de 31/03/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 157/2003**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus.

É inegável que grande parte das lideranças políticas brasileiras tiveram o início de suas atividades estudantis em um grêmio estudantil, em um centro acadêmico ou em um diretório central dos estudantes.

Ao lado das atividades acadêmicas, o desenvolvimento de atividades de militância no movimento estudantil sempre fortaleceu o espírito de cidadania nos adolescentes e jovens estudantes.

Assegurar a ampla liberdade de organização dos estudantes é garantia do cumprimento do dispositivo constitucional que assegura a todos o direito de se organizar em associações.

CF Art. 5º.

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

A Diretoria Legislativa invocou o inciso IV do artigo 66 da Constituição Estadual para indicar a transformação do presente projeto em Indicação ao Poder Executivo.

A CCJ adotou o entendimento de que aqueles projetos cuja iniciativa seria de competência privativa do Poder Executivo deveriam ser transformados em indicação.

Na forma do artigo 128 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, “indicação é a proposição de qualquer deputado sugerindo a manifestação da Assembléia, ou de suas Comissões sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo”.

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 66 estabelece:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Ocorre que muitas e boas iniciativas de parlamentares têm sido transformadas em indicação, encaminhadas ao Chefe do Executivo, mas estas não têm voltado como projeto de lei, o que sanaria o vício e possibilitaria aos deputados debaterem o mérito da proposição.

Nesse sentido, esse relator vem insistindo numa interpretação mais ampla do artigo 66 da Constituição Estadual.

No caso sob análise, não nos parece que seja a hipótese prevista no inciso IV do artigo 66 da Constituição Estadual.

Também nesse parecer citamos o constitucionalista Paulo Bonavides, sobre o conteúdo material da constitucionalidade.

“As constituições existem para o homem e não para o Estado: para a sociedade e não para o Poder. Robespierre, sem embargo da insânia revolucionária que acometeu os dias do terror, proferiu uma verdade lapidar quando disse: ‘A Declaração de Direitos é a Constituição de todos os povos’.”

O controle material da constitucionalidade é delicadíssimo em razão do elevado teor de politicidade de que se reveste, pois incide sobre o conteúdo da norma. Desde ao fundo da lei, outorga a quem o exerce competência com que decidir sobre o teor e a matéria da regra jurídica, busca acomodá-la aos cânones da Constituição, ao seu espírito, à sua filosofia, aos seus princípios políticos fundamentais.

É controle criativo, substancialmente político. Sua caracterização se constitui no desespero dos publicistas que entendem reduzi-lo a uma feição puramente jurídica, feição inconciliável e incompatível com a natureza do objeto de que ele se ocupa, que é o conteúdo da lei mesma, conteúdo fundado sobre valores, na medida em

que a Constituição faz da liberdade o seu fim e fundamento primordial”, BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Malheiros, São Paulo: 1996. Pág. 269-270.

É da análise do conteúdo material dessa proposição que nos manifestamos pelo trâmite regimental da mesma.

Apenas para que não surjam questionamentos sobre a técnica legislativa, propomos que na súmula do projeto e em seu artigo 1ª sejam substituídas as expressões 1º e 2º graus, por Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Realizados esse ajustes, siga o projeto seu trâmite indo às demais Comissões e a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 157/2003

A Súmula e o *caput* do artigo 1º do Projeto de Lei nº 157/2002, passam a vigorar com a seguinte redação, substituindo as expressões 1º e 2º graus por Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Art. 1º - Aos estudantes de estabelecimentos de ensino de Ensino Fundamental e Ensino Médio, da rede estadual e particular de ensino, fica assegurada a organização de grêmios estudantis, como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 157/2003

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei 157/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de ensino básico e médio.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, recebendo emenda dessa comissão, destinada a adequar a técnica legislativa.

Sob o aspecto financeiro, a proposição não tem repercussão para o erário público, haja vista que trata da organização de entidades representativas dos estudantes do ensino médio e fundamental.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei 157/2003.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/2003, de autoria do Deputado Nelson Justus, que dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CJ, CECE e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 013/2003, de 01.04.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 167/2003

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 177/2003, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por desígnio dispor sobre critérios de concessão de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no Estado do Paraná.

A justificativa que dá azo à convalidação em lei do projeto ora sopesado, tem por desígnio prevenir a obesidade infantil, motivada, em parte, pela inadequada alimentação, ofertada pelas cantinas de escolas de ensino básico.

Assim sendo, diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 167/2003

**P A R E C E R :****Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nelson Justus, tem por objetivo dispor sobre critérios de concessão de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no Estado do Paraná.

**Fundamentação**

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Finanças entende que a proposição visa prevenir a obesidade infantil motivada pela ingestão e oferecimento de guloseimas, alimentação inadequada e desnecessária nas cantinas das escolas de ensino básico, trazendo pouco comprometimento financeiro para os cofres do Estado.

**Conclusão**

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 167/2003.

Sala das Comissões, em 09.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES

## PROJETO DE LEI Nº 167/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça se manifestou pela constitucionalidade da proposição.

Da mesma forma a Comissão de Finanças exarou parecer favorável à tramitação regimental.

No mérito, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes não identificou qualquer elemento que possa obstaculizar a tramitação regimental.

O parecer é pela tramitação regimental e que seja submetido ao Plenário.

Sala das Comissões, em 15.03.2004.

(a) TADEU VENERI - Presidente e Relator

COMISSÃO DE SAÚDE  
PROJETO DE LEI Nº 167/2003

**P A R E C E R :****Relatório**

O presente Projeto de Lei nº 167/2003, de autoria do Deputado Nelson Justus, dispõe sobre critérios de concessão de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

Chamada esta Comissão a opinar, entende-se que a alimentação correta é resultado da educação alimentar, que muitas vezes são substituídos por alimentos não saudáveis causando sobrepeso nas crianças.

**Conclusão**

Sendo assim, somos pelo parecer favorável ao projeto de lei em tela, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.04.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente  
VANDERLEI IENSEN - Relator

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial nas Escolas da Rede Pública Estadual de Educação. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP e CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 452/2003. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/2003, de 13.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETOS DE LEI NºS 435/2003 e 452/2003

**P A R E C E R :**

## Relatório

Os presentes projetos de lei, em face de versarem absolutamente da mesma matéria foram reunidos e serão analisados de forma conjunta.

O Projeto de Lei nº 435/2003 é de autoria da Deputada Arlete Caramês, e dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial nas escolas da Rede Estadual de Ensino para os educandos portadores de diabetes melito.

O projeto ainda estabelece que a referida alimentação será introduzida na merenda escolar mediante receita de médico e nutricionista da Secretaria de Estado da Saúde. Caberá ainda, aos nutricionistas, a orientação sobre o preparo dos alimentos, e às escolas, encaminharem à Secretaria Estadual de Educação a listagem dos alunos que necessitam de alimentação especial.

O Projeto de Lei nº 452/2003 é de autoria do deputado Antonio Anibelli, e institui o Programa Alimentar Escolar diferenciado para os alunos diabéticos da Rede Estadual de Ensino, a ser elaborado pela Secretaria de Estado da Educação, em parceria com as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde. Atribui ainda à Secretaria de Estado da Saúde a função de elaborar e fornecer à Secretaria de Estado da Educação a relação dos alunos portadores de diabetes, bem como a relação da alimentação adequada. E finalmente atribui ao Conselho de Alimentação Escolar a responsabilidade de fiscalizar o programa, inclusive a aplicação de recursos e a qualidade dos alimentos.

## Voto do Relator e Fundamentação

As proposições merecem todo o nosso apoio e não há qualquer impedimento de ordem formal, senão o fato de atribuir funções à Secretaria de Estado da Saúde e à Secretaria de Estado da Educação, talvez ensejando uma correção quanto à redação nos aspectos que a iniciativa legislativa invade competência do Executivo. O mesmo ocorre com a peculiaridade da proposta do Projeto de Lei nº 452/2003 que institui um programa governamental, o que não é de competência de parlamentares instituir por sua iniciativa.

Para uma votação conjunta dos projetos apresentados pelos ilustres Deputados Arlete Caramês e Antonio Anibelli convém transformar as propostas em uma única proposição legislativa, recebendo, conseqüentemente, uma única votação, o que pode ser solucionado através da apresentação de um substitutivo geral, para o qual regimentalmente o relator é competente. Destarte, considerando que as matérias são comuns, não é possível instituir programa de governo e a precedência entre as proposições, optamos por utilizar o Projeto de Lei nº 435/2003 como base deste substitutivo geral, porém com algumas alterações.

Tomamos a liberdade de substituir uma parte da redação no que tange a atribuir funções à Secretaria de Estado, não porque as atribuições não devam ser daqueles órgãos descritos no projeto, porém, em razão de não competir à norma legislativa de iniciativa parlamentar atribuir ações diretamente a Secretarias do Executivo,

nos termos do artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual.

O objetivo das emendas, que podem até ser interpretadas como inconvenientes por suprimirem justas atribuições à Secretaria de Estado da Saúde e à Secretaria de Estado da Educação, é evitar eventual rejeição fundamentada por parte do Executivo exatamente neste aspecto formal de competência para legislar.

Nos termos do artigo 4º, o Poder Executivo regulamentará a presente norma legislativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, oportunidade quando poderá, nos termos de sua atribuição, restabelecer a competência das Secretarias quanto às atribuições já propostas no projeto.

Assim, propomos duas alterações de redação no Projeto de Lei nº 435/2003, utilizando por parte desta relatoria como substitutivo geral.

A primeira, substitui o termos “da Secretaria de Estado da Saúde” do artigo 2º do Projeto por “do Estado”, passando este artigo a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - A alimentação especial, a ser fornecida a todas as escolas da Rede Estadual de Ensino, será determinada através de receituário médico e de nutricionistas do Estado, cabendo a estes últimos a orientação sobre o preparo dos alimentos.”

A segunda, substitui a seguinte redação do artigo 3º:

“No início do ano letivo cada escola deverá encaminhar à Secretaria de Estado da Educação, listagem com o número de alunos que necessitarão de alimentação especial para fins de se determinar a quantidade a ser fornecida.”

Para a seguinte:

“Art. 3º - No início de cada ano letivo será elaborado listagem com número de alunos por escola que necessitarão de alimentação especial para fins de se determinar a quantidade a ser fornecida.”

## Conclusão

Assim, nosso parecer é pela constitucionalidade, legalidade e jurisdição das proposições apresentadas, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL DO RELATOR DA CCJ AOS PROJETOS DE LEI NºS 435/2003 e 452/2003

Art. 1º - É obrigatório em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino, o uso de alimentação especial na merenda escolar adaptada para os alunos portadores de diabetes melito.

Art. 2º - A alimentação especial, a ser fornecida a todas as escolas da Rede Estadual de Ensino, será determinada através de receituário médico e de nutricionistas



do Estado, cabendo a estes últimos a orientação sobre o preparo dos alimentos.”

“Art. 3º - No início de cada ano letivo será elaborado listagem com número de alunos por escola que necessitarão de alimentação especial para fins de se determinar a quantidade a ser fornecida.”

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETOS DE LEI NºS 435/2003 e 452/2003**

**P A R E C E R :**

Os Projetos de Lei nºs 435/2003 e 452/2003, de autoria dos Srs. Deputados Arlete Caramês e Antônio Anibelli, respectivamente, têm por desígnio dispor sobre o fornecimento de alimentação especial nas escolas da Rede Pública Estadual de Educação.

Deve-se aclarar que o projeto de lei encontra-se formalmente em consonância com os quesitos legais e constitucionais exigidos para a sua formação em lei.

Assim sendo, destacamos que a nobre iniciativa dos autores proporcionará uma melhor condição de vida aos portadores de diabetes, através de uma alimentação adequada, acompanhada profissionalmente, imprescindível para o salutar controle da doença.

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da possibilidade financeira desta medida.

Sala das Comissões, em 08.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**  
**PROJETOS DE LEI NºS 435/2003 e 452/2003**

**P A R E C E R :**

Os presentes projetos de lei, de autoria dos Deputados Arlete Caramês e Antonio Anibelli, dispõem sobre o fornecimento de alimentação especial nas escolas da Rede Pública Estadual de Educação.

Quanto aos aspectos sobre o qual este Parlamentar deve se manifestar, nada tem a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais, conforme relatado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, no âmbito que este Parlamentar deve se manifestar perante esta Comissão, acredita que o fornecimento de alimentação especial aos portadores de diabetes, acompanhada por profissionais capacitados, melhorará a condição de vida dos alunos que estudam nas Escolas da Rede Estadual de Ensino.

Diante desta situação, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 22.03.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente  
ALEXANDRE CURI - Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTE**  
**PROJETOS DE LEI NºS 435/2003 e 452/2003**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

Os presentes projetos de lei, de autoria dos Exmos. Deputados Arlete Caramês e Antônio Anibelli, dispõem sobre o fornecimento de alimentação especial nas escolas da Rede Pública de Ensino.

**Fundamentação**

Em que pesem as ressalvas acostadas aos presentes projetos dos nobres Deputados, é de se reconhecer o seu objetivo social.

É notório o fato que os alunos da Rede Pública de Ensino são, em sua maioria, de famílias de baixa renda, e apresentam dificuldades em manter o controle do diabetes de seus filhos, além da dificuldade encontrada pelas próprias crianças em alimentar-se e adaptar-se com as refeições oferecidas pelas escolas.

Os referidos projetos de lei, analisados de forma conjunta, visam criar condições para a adoção de alimentação diferenciada para os referidos alunos, melhorando assim as suas condições de vida e conseqüentemente de aprendizado educacional.

**Conclusão**

Diante disto, somos favoráveis ao substitutivo, na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 08.04.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede a isenção das taxas de estadias nos pátios do DETRAN, aos veículos que se beneficiaram da Lei nº 13.957/2002. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDA DA SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/2003, de 20/08/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 456/2003**

**P A R E C E R :**

**Histórico**

O Projeto de Lei nº 456/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, concede a isenção das taxas de estadias nos pátios do DETRAN, aos veículos que se beneficiaram da Lei nº 13.957/2002.

**Fundamentação**

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal.

A receita das taxas cobradas pela estadia de veículos nos pátios do DETRAN, não é orçamentária do Estado, não fazendo parte da Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo receita do DETRAN destinada a cobrir as despesas de custeio.

Desta forma, não se aplica a matéria o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Conclusão**

Pelo exposto, opinamos favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

Presidente em exercício

JOSÉ MARIA FERREIRA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 456/2003

P A R E C E R :

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 456/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, concede a isenção das taxas de estadias nos pátios do DETRAN, aos veículos que se beneficiaram da Lei nº 13.957/2002.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno. A matéria em análise é de grande importância tendo em vista que prestigiará aos bons pagadores, e, ao mesmo tempo irá desafogar os pátios do DETRAN.

**Conclusão**

Assim sendo, somos pelo parecer favorável a aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 15.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

VANDERLEI IENSEN - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
EMENDA SUPRESSIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 456/2003

Suprime-se a última parte do artigo 2º do Projeto de Lei nº 456/2003, em função da data estabelecida para vigorar já ter se tornado pretérita.

Passa o artigo 2º do Projeto de Lei nº 456/2003 a conter a seguinte redação:

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.04.2004.

(aa) DELEGADO BRADOCK

Presidente e Relator

Apoioamento:

Carlos Simões, Nereu Moura, Barbosa Neto e Tadeu Veneri.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 456/2003, de autoria do Deputado Estadual Nereu Moura, vem ao encontro de uma necessidade que tem por escopo conceder isenção das taxas de estadias nos pátios do DETRAN, aos veículos que se beneficiaram da Lei nº 13.957/2002.

O projeto de lei é relevante e oportuno, contudo observa-se que no artigo 2º estabelece que tal lei vigorará até o último dia do exercício fiscal de 31 de dezembro de 2003, diante do que se faz necessária adequação do que se pretende à realidade temporal, uma vez que a data mencionada já tornou-se pretérita.

Ademais, recentemente tramitou por esta Casa de Leis, Indicação Legislativa nº 038, com intuito similar, de iniciativa deste Deputado, o que também obteve êxito no que tange ao mérito, muito embora ter encontrado barreiras no âmbito de executivo, fazendo-se mais uma vez necessária nova investida deste Parlamento em busca de uma melhoria na atual realidade sobre as taxas referentes aos veículos apreendidos junto ao pátio do DETRAN.

Diante do exposto, justifica-se a presente emenda supressiva.

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que estabelece critérios para quitação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação nos casos que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 014/2004, de 15.03.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 061/2004

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, dispõe que os estabelecimentos enquadrados nos programas: Bom Emprego, Apoio ao Desenvolvimento Produtivo, Paraná Mais Emprego e no Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Social do Paraná - PRODEPAR, poderão quitar os créditos tributários decorrentes das parcelas do imposto postergado, sem retroação da multa e juros de mora aos termos iniciais do rito sumário de que trata o artigo 57, da Lei nº 11.580/96, parcelados em 48 (quarenta e oito) meses.

**Fundamentação**

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça constatou que não existe nenhum óbice de natureza legal, regimental ou constitucional para a tramitação da proposição e que o projeto de lei objetiva, além da possibilidade da ampliação do prazo de pagamento para as empresas que se encontrem em dificuldades para quitar o seu ICMS, evitar a onerosidade excessiva prevista para inadimplência às parcelas do programa.

### **Conclusão**

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 061/2004, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 061/2004**

**P A R E C E R :**

### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, dispõe que os estabelecimentos enquadrados nos programas: Bom Emprego, Apoio ao Desenvolvimento Produtivo, Paraná Mais Emprego e no Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Social do Paraná - PRODEPAR, poderão quitar os créditos tributários decorrentes das parcelas do imposto postergado, sem retroação da multa e juros de mora aos termos iniciais do rito sumário de que trata o artigo 57, da Lei nº 11.580/96, parcelados em 48 (quarenta e oito) meses.

### **Fundamentação**

Chamada a opinar, a Comissão de Finanças, de acordo com o parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, entende que o projeto de lei possibilitará a ampliação do prazo de pagamento para as empresas que se encontrem em dificuldades para quitar o seu ICMS, evitar a onerosidade excessiva prevista para inadimplência às parcelas do programa.

### **Conclusão**

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 061/2004, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

### **ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/2004, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que decreta o dia 02 de maio como "Dia Estadual da Comunidade Polonesa". **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 018/2004, de 28.03.2004).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 077/2004**

**P A R E C E R :**

### **Relatório**

Da autoria do Exmo. Sr. Deputado Neivo Beraldin, o presente projeto visa instituir no Calendário Estadual, o Dia Estadual da Comunidade Polonesa, a ser comemorado no dia 02 de maio de cada ano.

### **Fundamentação**

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça ao analisar o presente projeto, constatou não haver inconstitucionalidade, tendo sido verificado, porém, redação incompatível com a Lei Complementar à Constituição Federal de nº 95 de 26/02/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a consolidação das leis, em seus artigos 5º e 8º.

### **Conclusão**

Assim sendo, apresentamos parecer favorável ao Projeto de lei na forma do Substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 077/2004**

"Art. 1º - Fica instituído, no Calendário Estadual, o Dia Estadual da Comunidade Polonesa, a ser comemorado no dia 02 de maio de cada ano".

"Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação."

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

### **ITEM 08**

**DISCUSSÃO ÚNICA-** da Indicação nº 128/2003, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que sugere a adoção de medidas relativas à ALL - América Latina Logística. **PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. Aprovada.**

**DISCUSSÃO ÚNICA DA  
INDICAÇÃO nº 128/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná**

**D E C R E T A :**

Exmo. Sr. Ministro dos Transportes,

O Deputado estadual do Estado do Paraná, Hermes Fonseca Filho, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A ferrovia que corta o Estado do Paraná está em estado de abandono e sucateamento, por falta de manutenção.

2 - A Concessionária ALL - América Latina Logística desativou alguns trechos ferroviários prejudicando o transporte de algumas regiões do Estado.

3 - O patrimônio: as estações, as residências ao longo da ferrovia se encontram em estado de abandono.

4 - A Concessionária não executa os serviços de conservação da faixa de domínio provocando desconforto nas populações urbanas, aumentando o risco de acidentes nas travessias e infringindo posturas municipais.

5 - Se persistir tal conduta da Concessionária, o que será devolvido à União ao término da concessão?

Face ao exposto, sugerimos a V. Exa. que se tome medidas enérgicas e urgentes para que a ALL cumpra, no mínimo, as cláusulas do Contrato de Concessão.

Sala das Comissões, em 13.04.2003.

(a) HERMES FONSECA

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
INDICAÇÃO Nº 128/2003

Autoria: Deputado Hermes Fonseca

P A R E C E R :

Propõe a indicação 128/2003 a adoção de medidas enérgicas e urgentes para o cumprimento do contrato de concessão da ferrovia histórica que serve aos transportes no Estado do Paraná.

Refere o autor ao abandono de estações e residências, ao longo da ferrovia - que constituem patrimônio cultural da nossa terra e da nossa gente, porque testemunhos da ocupação do território, à época da cultura cafeeira e do ciclo da madeira.

Refere ainda, a trechos inteiros, completamente desativados, que poderiam ser aproveitados qual "ferrovias para turismo", ou na função original de vida de transporte de cargas e passageiros.

Refere ainda, o abandono das fixas de domínio, e a ausência da necessária conservação, nos perímetros urbanos antes executada quando a ferrovia era do poder público federal.

Isto acarreta gravíssima insegurança, e novas despesas para Municípios, muitas vezes sem as condições de enfrentá-las.

Tem a indicação, todas as condições de prosperar, pelo seu inegável interesse público e de boa engenharia.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 06.04.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 003/2004, de autoria da Deputada Elza Correia, que solicita providências visando a construção de uma escola estadual no Parque Universitário de Londrina, a fim de atender a alunos de 5ª a 8ª séries e do ensino médio desse e dos bairros adjacentes. PARECER FAVORÁVEL DA CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2004, de 18.02.2004).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
INDICAÇÃO Nº 003/2004

P A R E C E R :

1 - Do Parecer

A nobre Deputada Elza Correia apresenta Indicação nos termos do artigo 128 do Regimento Interno, sugerindo a manifestação da Assembléia... sobre determinado assunto...

O teor da Indicação apresenta pleito no sentido de solicitar a construção de escola estadual no Parque Universidade em Londrina, para atendimento de alunos de 5ª a 8ª séries e Ensino Fundamental. Em sua justificativa comprova necessidade da comunidade que sem escola pretendida as crianças e adolescentes precisam percorrer longas distâncias, trazendo sérios problemas de segurança e de aproveitamento escolar.

2 - Do Voto

Dada a elevada importância para o desenvolvimento da comunidade, a presente Indicação se encontra em condições de ser submetida ao Chefe do Poder Executivo. Voto favorável.

Sala das Comissões, em 12.04.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 566 e 573, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 567, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 570-A, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 572, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 157, 167, 435 e 456/2003, 061/2004, 725/2003 e 077/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 115/2003, 072, 080, 083, 087 e 089/2004.

Levanta-se a Sessão.

### **Ato da Diretoria Geral:**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E :**

**PORTARIA Nº 24/2004**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH GUTHER CAMATI, matrícula nº 40689, de quinze (15) dias, a partir de 03 de março de 2004, término 18 de março de 2004. CID. 10 S.93.2.

(Prot. nº 1435/2004)

Gabinete da Diretoria Geral, em 15.03.2004.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

### **Errata:**

Por erro de digitação e revisão, no Diário nº 017, de 23/03/2004, nos Atos da Comissão Executiva nºs 228, 229, 230, 231 e 232/2003, onde se lê:

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.05.2004  
leia-se:

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.05.2003.

E, no Ato da Comissão Executiva nº 233/2003, onde se lê:

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.05.2004  
leia-se:

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.05.2003